

Fontes orais e digitais: apontando possibilidades

Oral and digital sources: indicating possibilities

CEZARINHO, Filipe Arnaldo*

Resumo: São múltiplos os discursos que permeiam a Guerra de Espadas em Cruz das Almas-BA. Com a sua criminalização, em 2011, potencializaram-se os enfrentamentos entre populares e membros do Estado nos diversos níveis sociais. Nosso objetivo no presente artigo é analisar os discursos da tradição e do crime tomando as práticas discursivas como produtoras de subjetividades. Para isso, coligimos duas tipologias de fontes históricas: a oral e a digital. Defendemos que o uso dessas duas fontes, em conjunto, permite acessar as constantes mudanças nos processos de constituição dos sujeitos no tempo e espaço. Ao mesmo tempo, abre-se a possibilidade de conjecturar sobre as limitações desses documentos quando vistos separadamente e, por outro lado, suas reais potencialidades quando tratados harmonicamente por historiadores (as) e a disciplina histórica.

Palavras-chave: Metodologia da História; Discurso; Fontes; Guerra de Espadas.

Abstract: Many discourses permeate the *Guerra de Espadas* in Cruz das Almas, Bahia. With the criminalization, in 2011, potentialized the confrontations between the population

* Graduado em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Mestre pelo programa de Pós-Graduação em História do PPGH/UNICENTRO, Irati. Membro do Núcleo de Estudos de História da Violência (NUHVI). E-mail: cezarinhohistoria@hotmail.com.

Recebido em: 01/03/2019
Aprovado em: 24/04/2019

and members of the State in different social fields. Our objective in this paper is analyzes the discourses of tradition and of the crime taking the discursive practices as creator of subjectivities. For this, we found two typologies of historical sources: oral and digital. We defend that the use of these sources, together, allow accessing the constant changes in the processes of the constitution of the subjects in time and space. At the same time, it opens the possibilities of conjecture the limitations of these documents when they are valued separately and, on the other hand, their real potentialities when treated harmonically for historians and the History discipline.

Keywords: History Methodology; Discourse; Sources; Guerra de Espadas.

Quem não viu, perdeu a grande oportunidade de ver a maior guerra de todos os tempos, travada na cidade de Cruz das Almas. Uma verdadeira batalha que não era de ódio nem rancor e sim de paz, amor e fraternidade. Era a guerra de espadas, travada bem no centro da cidade, em comemoração ao dia de São João.

Tribuna Popular, 2001
Não há direito absoluto e imune a flexibilizações, ainda que tal direito advenha de costumes socialmente reconhecidos e transmitidos de geração a geração. Toda e qualquer tradição – e que isto se revele cristalino -, para que se mantenha no correr dos tempos, haverá de se pautar no mínimo de racionalidade possível, submetendo-se a leituras necessárias na dialética das relações sociais modernas e seus novos valores. Há seis séculos superamos a Idade Média [...].

Ação Cautelar, 2011, p. 4

Introdução

Tomando como ponto de partida uma experiência de pesquisa¹, nosso objetivo é analisar os discursos da tradição e do crime tomando as práticas discursivas como produtoras de subjetividades. Defendemos, ainda, que a harmonização das fontes orais e digitais permite romper com algumas limitações específicas a cada uma dessas fontes.

A linha de pensamento que utilizamos para formulação do presente texto partiu da noção de discurso como produtor de subjetividades e que vem ganhando evidência nos diversos campos do conhecimento (CANDIOTTO, 2008; FERNANDES, 2012;

¹ As fontes elencadas para constituição do artigo foram produzidas em torno das discussões da pesquisa de mestrado em História. Buscávamos, naquele momento, refletir sobre os processos de subjetivação dos atores e atrizes sociais vinculados(as) à tradicional Guerra de Espadas em Cruz das Almas-BA.

DOMINGOS, 2015). Se discurso é poder, aquilo que se busca obter (FOUCAULT, 1999), portanto, uma de suas qualidades está na produção de sujeitos no tempo/espaço. Em síntese, toda prática discursiva opera pela objetivação e subjetivação. Em nossa concepção, os discursos caracterizam-se por: atribuir significados aos sujeitos, deslocar e produzir constantemente subjetividades.

Dentro das dinâmicas exercidas pelos discursos, acionamos as técnicas de si que são importantes na constituição dos sujeitos modernos. Descentrando o indivíduo da estrutura e partindo de uma perspectiva genealógica, Foucault (1993) atribuía às técnicas do auto-exame e da confissão condições do sujeito constituir a si mesmo. Sugeriu que para entender a formação dos sujeitos, historicamente, seria necessário ir além das tecnologias de dominação discursivas impostas, considerando que cada um estabelece procedimentos sobre si. Com isso, ele tornava complexas as relações de poder. Partindo dessa postura, cada sujeito pode adquirir a habilidade de governar a si mesmo e essas técnicas racionais estabelecem novas subjetividades.

Ao analisar a experiência da sexualidade, fiquei cada vez mais consciente de que, em todas as sociedades, existem outros tipos de técnicas, técnicas que permitem aos indivíduos efetuarem um certo número de operações sobre os seus corpos, sobre as suas almas, sobre o seu próprio pensamento, sobre a sua própria conduta, e isso de tal maneira a transformarem-se a eles próprios, e modificarem-se, ou a agirem num certo estado de perfeição, de felicidade, de pureza, de poder sobrenatural e assim por diante. Chamaremos a estes tipos de técnicas ou tecnologias do eu (FOUCAULT, 1993, p. 207).

Assim posto, testaremos as proposições de objetivação/subjetivação dos discursos nas fontes empíricas que aqui se apresentam. Coligimos dois registros orais e dois registros digitais de colaboradores, em momentos diferentes, para percebermos os processos indicados anteriormente e o desabrochar de uma *ethos* de si. A História oral foi utilizada como recurso metodológico na produção dos relatos. Por questões éticas, preservamos as identidades dos entrevistados atribuindo, para esses, nomes fictícios. No caso dos registros digitais, partimos da observação dos perfis das mesmas pessoas em uma plataforma *online*, o *Facebook*, capturando seus registros pela ferramenta *PrintScreen*. Aqui, assim como nas entrevistas, foram retirados possíveis indicadores que permitissem a identificação dos colaboradores.

A seleção dos entrevistados deveu-se por dois motivos principais: o primeiro, condiz ao fato de serem eles membros da Associação dos Espadeiros. Após a criminalização da tradição os (as) espadeiros (as) se movimentaram para erigir uma Associação, criando, assim, estratégias legais para a retomada da tradição ao campo da legalidade. Ter em mente tal informação será fundamental para compreensão das

reflexões propositadas nas considerações finais de nosso trabalho. Acompanhando-nos até o término do texto, o (a) leitor (a) poderá decodificar outros elementos contidos nas entrelinhas dos discursos desses sujeitos. O segundo, não menos importante, revela que essas duas pessoas distribuem regularmente informações sobre a Guerra de Espadas pelas mídias digitais, projetando suas posições com relação à tradição e à criminalização abertamente. Além dessas tipologias documentais, utilizamos fontes oficiais e jornais para melhor contextualização do objeto aqui analisado.

Sobre a metodologia da História oral. Esta pode ser considerada uma “velha” conhecida dos (as) historiadores (as). Seu uso permitiu trazer as histórias dos sujeitos ordinários, aqueles que sempre tiveram suas vidas negadas pela História oficial (FRANÇOIS, 1998; TEDESCHI, 2014). A temporalidade, na História oral, é de tamanha relevância, pois está nela o elemento de definição do que será rememorado por cada indivíduo (DELGADO, 2003). Destacamos que o relato oral não revela a realidade do acontecido. Reconstruídos entre o social e o individual, os relatos perpassados oralmente são sempre versões do passado e jamais serão idênticos. Além disso, a narrativa oral avança dos eventos para os significados, permitindo acessar os reflexos que determinados acontecimentos causaram sobre os sujeitos narradores (PORTELLI, 1997). Por esses motivos, acreditamos na eficácia de submeter o registro oral ao método foucaultiano e, assim, alcançarmos as inflexões subjetivas nas falas dos nossos colaboradores.

Antes de tudo, necessitamos situar de que maneira entendemos a História oral. Como todos (as) sabem, os debates ao redor de uma melhor definição para a História oral ganharam tons entre diversos (as) historiadores (as). Não cabe aqui levantá-los (as), pois não visamos discutir sobre essas questões neste artigo. Orientamos, meramente, que as discordâncias se atrelam ao entendimento do que seria a História oral. Assim, a história oral seria uma metodologia, uma disciplina ou uma técnica?

Do nosso lado, entendemos que a história oral é uma metodologia que permite a apreensão de relatos orais e que, mais tarde, podem ser transformados em fontes, sendo essas últimas submetidas ao criticismo de historiadores e historiadoras, possibilitando a construção de narrativas históricas. Em busca de uma definição mais sofisticada da História oral, deixemos o pronunciamento de Verena Alberti (2006, p. 155):

A História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

A criminalização da tradição: sucinta contextualização

A realidade social que proporcionou a reflexão presente neste texto está localizada no interior da Bahia, mais especificamente em Cruz das Almas.

Imagem 1. Localização de Cruz das Almas-BA.



Fonte: Google Maps.²

Centenária, a tradicional Guerra de Espadas pode ser considerada a maior expressão cultural daquela população. Deflagrada todos os anos no mês junino, pois está estreitamente vinculada ao São João, a Guerra de Espadas no município divide opiniões. Para alguns, a tradição é a real expressão da barbárie, primitivismo e anacronismo; para outros, é a linha que liga os sujeitos à região, que reatualiza as relações de identificação com seus ancestrais e, dentro dos jogos de poder, pode ser considerada como patrimônio cultural pelos discursos populares como contraponto ao discurso jurídico. É o próprio Foucault (2013, p. 20-21) quem explica essa questão:

Por outro lado, parece-me que existem, na sociedade, ou pelo menos, em nossas sociedades, vários outros lugares onde a verdade se forma, onde um certo número de regras de jogo são definidas [...] e por conseguinte podemos, a partir daí fazer uma história externa, exterior, da verdade.

² Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Cruz+das+Almas,+State+of+Bahia,+44380-000/@-12.6160599,-38.9757028,10z/data=!4m5!3m4!1s0x715bd88b8db3471:0xaaaf1562d770b7e79!8m2!3d-12.6735557!4d-39.1016848>. Acesso em: 13 abr. 2019.

É complexo estabelecer a data de nascimento do tradicional festejo. Podemos perceber, por meio de jornais, que ela já era praticada por pessoas que moravam na cidade desde o começo do século 20, conforme apresentado na matéria do jornal A Tarde, em 1983: “O espetáculo, perigoso, mas de rara beleza, já se realiza há mais de 70 anos, sendo o ponto alto dos festejos juninos em Cruz das Almas” (A TARDE, 1983).

Em outra edição do jornal, o espadeiro Raimundo Mendes, apelidado popularmente por “Mundinho”, sugere, ao ser entrevistado, diferente versão sobre a origem da “brincadeira” na cidade: “Mundinho Fogueteiro diz acreditar que ela surgiu nos anos 40, vindo da Itália e agradando aos índios no Brasil. Ele conta que seus bisavós eram caboclos e já gostavam da brincadeira” (A Tarde, 2007). Independentemente da versão admitida, pois sabemos que interesses diversos atravessam tais interpretações, o mais importante para o momento é que há dificuldades visíveis em buscar uma “verdadeira” origem da tradição.

Algumas tradições “inventadas” se perdem no horizonte do tempo que chegam a criar verdadeiros obstáculos na apreensão de sua origem. Outras, mais datáveis, são logo identificadas (HOBSBAWM, 1984). É mais provável que a Guerra de Espadas esteja inserida no primeiro bloco de tradições inventadas. Cabe alinhar que a questão da origem sempre foi condição imprescindível para a historiografia tradicional. Por outro lado, ao apropriarmos dos pressupostos teóricos de Michel Foucault (1979), este seguindo os mandamentos de Nietzsche, a busca pela origem nos levaria para uma metanarrativa. O mais importante, segundo Foucault (1979), está na utilização da genealogia como método histórico e não num retorno ao longínquo passado. De toda forma, a última posição permite caminhar mais facilmente com fenômenos que ganham formas nas sociedades e que dificultam o seu enquadramento rígido em datas especiais, sendo o mais importante não a sua origem, mas as relações de poder que podem ser cartografadas a partir deles.

Mesmo acontecendo em algumas cidades do Recôncavo baiano, é entre os municípios de Cruz das Almas e Senhor do Bonfim³ que a disputa pela “hegemonia” de maior Guerra de Espadas se realiza:

Enquanto Feira de Santana e Alagoinhas disputam a primazia das micaretas baianas, Senhor do Bonfim e Cruz das Almas fazem o mesmo em relação ao São João: nas duas cidades, a já célebre “guerra de espadas” atrai grande fluxo turístico e é praticamente impossível encontrar hospedagens nos dias da festa, tanto numa quanto na outra cidade (A TARDE, 1979).

³ Município localizado ao centro-norte da Bahia. Estima-se que a sua população seja de 78.588 pessoas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/senhor-do-bonfim/panorama>. Acesso em: 11 abr. 2019.

Mas nem tudo é festa. Não são de agora os embates que integram a Guerra de Espadas. Na busca por disciplinamento da prática, o prefeito Carmelito Barbosa instituiu, em 1994, ruas e avenidas proibidas de serem realizadas a queima das espadas. Não há dúvida que as pressões daqueles (as) que eram contrários (as) ao festejo, mas, concomitantemente, à percepção de que as leis do Estado brasileiro começavam a sobrepor-se aos interesses locais, foram determinantes para tais ações. Diversas ruas e avenidas ganharam faixas indicando que naqueles lugares a Guerra de Espadas estava proibida:

Este ano, a tradicional guerra de espadas que acontece durante o São João terá horário predeterminado e também áreas onde a perigosa brincadeira será proibida. A iniciativa de disciplinar a queima dos fogos na cidade partiu do prefeito Carmelito Barbosa, atendendo a reivindicação de diversos setores da comunidade [...]. Para isso, o prefeito, Carmelito Barbosa, lançou mão do Decreto-lei 4.238, de 8 de abril de 1942, assinado pelo então presidente da República, Getúlio Vargas [...] (A TARDE, 1994).

Obviamente que a partir daí novos conflitos deflagraram-se por toda a cidade, pois o maior controle do governo sobre a urbe impedia o acesso livre e os usos tradicionais daqueles espaços. Desabrocham-se sinais e indícios de que a própria Guerra de Espadas entrava no eixo de uma evidente modernidade pela qual estava atravessando a cidade de Cruz das Almas. Lembremos que a década de 1980 foi fundamental nesse empreendimento com as construções da BR101 e a Barragem Pedra do Cavalo, facilitando o acesso de pessoas com atribuições socioeconômicas e culturais diferentes e que, em muitos casos, passavam a morar naquele município.

Como é a dinâmica de funcionamento da Guerra de Espadas? O desenrolar é simples. Nos dias 23 e 24 de junho, as pessoas costumam sair com suas espadas de fogo estabelecendo pequenas guerras por entre as vias públicas da cidade. Normalmente em grupos, as pessoas lançam suas espadas contra as outras e assim começa a diversão. Não há vitoriosos (as). O mais importante é “pular” as espadas ao som de um bom forró nordestino e acompanhados (as) pelo licor (bebida comum no São João) que alimenta a coragem daqueles (as) que se lançam por meio do fogo cruzado. No final da noite, todos retornam para suas casas e contam as várias experiências adquiridas na Guerra de Espadas, além, é claro, das orgulhas demonstrações de suas queimaduras.

Em 2011, nas idas e vindas de conflitos que envolvem a Guerra de Espadas, o Ministério Público local moveu uma Ação Cautelar proibindo a famosa tradição. As alegações sobre os distúrbios sociais foram várias: depredação dos bens públicos e privados, riscos de lesões corporais e o impedimento do exercício “natural” de “ir e vir”,

por exemplo. Com todo esse arcabouço discursivo, os agentes vinculados ao Estado criminalizaram a prática.

Desde então, as formas de repressão têm sido variadas, assim como, as resistências demonstram-se cada vez mais inteligentes, criativas e permanentes aos mandos e desmandos da lei, o que justificou a recomendação do Ministério Público no ano de 2015:

RECOMENDAR AOS PREPOSTOS DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS/BA que adotem as providências necessárias para coibir as atividades de fabrico, transporte, comércio e uso (queima) de fogos de artifícios e pirotécnicos, bem como de explosivos, pólvoras mecânicas e pólvoras químicas de qualquer tipo, inclusive, “espadas”, realizadas em desacordo com as determinações legais e regulamentares, inclusive: (a) apreensão dos artefatos produzidos, transportados, comercializados e utilizados de forma irregular; e (b) prisão em flagrante pelo cometimento dos crimes listados na presente recomendação, ressalvado o dispositivo na lei n. 9.009/1995, quando for o caso (RECOMENDAÇÃO N. 01/2015, 2015, p. 4).

É partindo desse complexo cenário de criminalização da tradição que devemos compreender as análises seguintes. Queremos encontrar as:

relações de poder uma vez que os enunciados, inscritos nessas relações e discursivamente produzidos, apontam para posições-sujeitos, e essas posições integram exercícios de poder que se opõem. Tratam de relações complexas que compõem os discursos e implicam a produção da subjetividade (FERNANDES, 2012, p. 74).

Apesar de tratarmos das relações da Guerra de Espadas com os discursos, é evidente a existência do nível mais palpável da vivência da tradição por parte dessas pessoas. Essa vivência – revelada nas relações socioeconômicas, nos múltiplos conflitos e disputas por objetivos concretos e, é claro, nas formas de dar sentido à existência – é estabelecida com voracidade entre os habitantes que direta ou indiretamente estão ligados à Guerra de Espadas. Nesse caminhar, Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011) traduz, habilmente, o que acabamos de suscitar:

[...] as festas são espaços de negociação, de tensões, de conflitos, de alianças e de disputas entre distintos agentes, que se conflitam e se debatem em torno não só dos sentidos e significados a serem dados à festa, como também em torno das práticas que as constituirão, dos códigos que as regerão, das regras que estabelecerão permissões e proibições, que definirão limites e fronteiras entre o que pode ser admitido e o que dever ser excluído. As festas podem não só ser campos de lutas concretas, de enfrentamentos entre pessoas e grupos, em torno dos valores e preceitos que definem o viver em sociedade, mas elas são campos de luta simbólica, de luta entre projetos, sonhos, utopias e delírios, mas são acima de tudo momento e invenção da vida social, da ordem social e da própria festa e seus agentes (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 147-148).

Poderíamos, aqui, apresentar várias outras circunstâncias empíricas e trajetórias teórico-metodológicas que manifestam o caráter vivido da Guerra de Espadas por parte de seus e suas apreciadores (as), escapando, por assim dizer, de análises que velam restritamente pelos discursos. Adentraríamos pelas formas de sobrevivência dessas pessoas, pelos conflitos físicos entre agentes vinculados ao Estado e espadeiros (as), nas transações microeconômicas das vendas das espadas, até mesmo faríamos os (as) leitores (as) sentirem na língua os diversos sabores de licores e seus efeitos que dão coragem aos espadeiros e espadeiras para que se lancem no fogo cruzado das espadas. Mas, como já dissemos, limitaremos nossas reflexões ao campo das práticas discursivas que constituem sujeitos na Guerra de Espadas em Cruz das Almas-BA.

Subjetivações nômades: espadeiros, criminosos ou heróis?

Talvez, uma das mais acentuadas limitações da História Oral vincula-se ao retorno do (a) pesquisador (a) ao entrevistado e entrevistada. Em casos específicos, por exemplo, quando o (a) historiador (a) trabalha com pessoas em condições de crime, a realização de uma segunda entrevista torna-se demasiadamente complicada, mas não impossível. Nesse sentido, a experiência com a utilização de fontes digitais, isto é, com a captura de registros deixados por essas pessoas em rede, pode contribuir significativamente, oferecendo novos instrumentais de acesso às informações.

Dentro dos múltiplos problemas existentes no uso e conservação dos documentos acessados *online*, destacamos os seguintes: a efemeridade e instabilidade, ou seja, a qualquer momento podem ser excluídos permanentemente do contexto digital (LUCCHESI, 2015; TOMASI, 2013); a ausência da autoria, pois a *internet* permite que informações, notícias e imagens sejam disseminadas sem a existência de sua origem, dificultando acessar a sua veracidade (OLIVEIRA, 2014; ALMEIDA, 2011; SÁ, 2008); e, por último, as apropriações monopolistas das memórias compartilhadas por parte dos grupos econômicos (BEIGUELMAN, 2014). No caso dos registros *online* desprovidos de autoria, Cezarinho (2018) indicou meios para sua utilização. Conforme dito, essas fontes não são externas às práticas discursivas de determinada temporalidade. Dessa maneira, bastaria contextualizá-las com outras tipologias documentais para extrair sua veracidade. Apesar desses ajuzamentos que o (a) historiador (a) precisa ter na hora de lançar-se sobre tais fontes, é certo que esses documentos digitais carregam profícuas linhas de possibilidades interpretativas para pesquisas em História.

Ao refletirmos sobre as fontes orais e digitais, a partir de suas potencialidades e limitações, percebemos que a relação do pesquisador (a) /entrevistador (a) com o colaborador (a) /entrevistado (a) pode acarretar em bloqueios de informações. Obviamente que isso acontece pelo efeito de poder que o discurso pronunciado pode causar e, também, por ser um mecanismo de defesa do sujeito que narra o evento. Porém, o registro digital deixado por esses indivíduos, por meio de um suporte (computador, celular, *tablet* etc.), permite que suas falas sejam abertas, pois a *internet* expande a noção de impessoalidade. Estar por detrás da tela de um computador ou celular pode explicitar discursos que no relato oral, em casos especiais, não seriam possíveis. Há maior “liberdade” em discursar sobre questões problemáticas, por exemplo, a de posicionar-se perante um crime e, até mesmo, sobre os próprios agentes estatais representantes da lei e da ordem, como veremos adiante.

As vantagens em articular essas duas tipologias de fontes podem ser percebidas em outras situações. Imaginemos uma prática cultural, como a Guerra de Espadas, que mobiliza centenas de pessoas todos os anos: qual seria o critério metodológico que o (a) historiador (a) utilizaria para seleção de seus entrevistados e entrevistadas? Nesse sentido, reconhecemos a importância dos registros deixados na *internet*.

Foi exatamente esse o recurso facilitador que propiciou a primeira entrevista presente neste trabalho. Trazemos o nosso colaborador Martinho, 34 anos, para falar um pouco de sua relação com a tradição que se tornou crime em 2011. Chamaremos a atenção para os processos de objetivação/subjetivação propositados por dois discursos: o da criminalização e da tradição. O entrevistado explica:

Com a proibição? Totalmente. Não me sinto à vontade. Na verdade, eu nem fabrico. Não fico à vontade para fazer mais. Não tem como, né? Você está criminalizado para todo efeito. Os seus familiares ficam preocupados se você vai na rua, se você fabrica, se você está envolvido. É constrangedor! É totalmente horrível essa situação (Martinho, entrevista, 21 dez. 2016).

E continua:

Para mim, isso foi bastante agressivo, muito mais agressivo do que a nossa festa que também não considero ser agressiva. Acho que falta só a mão do poder público em cima disso, sabe? Mas assim: a forma que foi pregada sobre a tradição, a proibição criminalizou todo mundo, isso foi horrível, isso foi pior do que a própria tradição do ponto de vista deles, né? Que é crime, que não presta (Martinho, entrevista, 21 dez. 2016).

O discurso da criminalização parece deixar Martinho sem saída. Ao analisarmos a fala, notamos que a objetivação do crime estabelece tamanha força na constituição de sua subjetividade que acarreta na destituição de suas referências, além de fazer ver a si

mesmo como um criminoso; sensação que para ele é constrangedora e “totalmente horrível”. Martinho também demonstra como a criminalização foi violenta com a tradição e com ele mesmo. Seu relato permite identificar elementos desconfortantes a partir da objetivação/subjetivação que está sendo projetada pelas relações de poder intrínsecas aos discursos. Concomitantemente, são visíveis alterações em sua prática com relação à tradição que tanto estima. As técnicas de dominação, pelo menos nesse momento, parecem se realizar de forma plena sobre ele.

Concomitantemente, o espadeiro não deixa de perceber os excessos por parte de pessoas que utilizam as espadas de qualquer maneira, sem um rigor e de maneira irresponsável:

Tem gente, tem gente que toca espadas como se estivesse lançando uma bola de boliche. E geralmente quem toca espada assim tem uma espada forte, ou seja, já faz a espada pensando, não tá pensando em brincar, tá pensando em bagunçar a festa, tá pensando em medir força com alguém, com algum rude, me desculpe o termo, igual a ele, certo? Que quem tem consciência não faz um negócio desse. Essa é uma das, né, uma das maneiras (Martinho, entrevista, 21 dez. 2016).

O primeiro registro digital, retirado da plataforma *Facebook*, pode contribuir nesse quesito. Começamos a entender, ao longo da pesquisa, que muitos participantes da Guerra de Espadas compartilhavam registros sobre os problemas que afligem a tradicional festa. Os conteúdos disponibilizados em rede social digital eram variadíssimos; iam da defesa da tradição às tentativas de regulamentação da Guerra de Espadas. O próprio Martinho era um desses espadeiros que publicava e ainda publica informações sobre a sua tradição via *internet*. Desde então, perscrutamos os perfis desses sujeitos em busca de dados que contribuíssem para o desenvolvimento da pesquisa.

Salientamos que, diferentemente da fonte oral, produzida, normalmente, pela interlocução entre entrevistador (a) /entrevistado (a), a fonte digital, ou a fala (escrita ou audiovisual) desses sujeitos pela *internet*, visa alcançar um público muito maior. Enquanto na primeira, em alguns casos, é claro, tende a ser mais difícil conseguir informações que envolvam questões pessoais e constrangedoras; na rede *online*, o constrangimento parece desaparecer por momentos e, dessa maneira, o privado torna-se público. A relação impessoal e a falta de contato físico com outros (as) permitem que os (as) internautas interajam com assiduidade, favorecendo a projeção de discursos múltiplos. Porém, muitos excluem seus registros quando percebem o real alcance de suas postagens em rede. Diante disso, o que seria tido como limite, agora, torna-se vantagem ao historiador.

Mesmo quando o registro é apagado permanentemente da rede, o (a) pesquisador (a) que observa pelas mídias digitais e que percebe tal movimento, pode selecionar o (a) internauta que apagou o registro e buscar compreender os motivos de sua ação. Isto é, um documento levaria à constituição do outro. Seguindo esse caminho, evitamos dizer que uma tipologia de fonte é apêndice ou suporte da outra. Essas fontes, oral e digital, possuem suas peculiaridades, potencialidades e limitações. Buscamos demonstrar, portanto, que o cruzamento desses documentos amplia o “leque” de possibilidades do (a) historiador (a).

A motivação em entrevistar Martinho partiu, segundo nosso critério, de uma postagem realizada por ele na plataforma *Facebook*. Naquele momento, ele exaltava a tradição da qual fazia parte e enfrentava a objetivação do discurso jurídico. Sua fala demonstrava o que Foucault (1993) chamou atenção: as técnicas de si. Em outras palavras, Martinho criava, a partir dos discursos externos e da reflexão sobre si, a sua verdade.

Antes de adentrarmos na análise do registro digital, é preciso mencionar que tanto na História oral quanto nas mídias digitais, o interesse de participação do público na produção de discursos e representações sobre si e sobre o seu grupo fazem-se imediatos. Bruno Leal Pastor de Carvalho (2016) destacou que esse é um ponto elementar no que se convencionou chamar de História Pública. Ao desenvolver, em seu texto, os três fatores relevantes e que devem ser considerados por historiadores e historiadoras, ele revelou o seguinte:

[...] a história também pode ser escrita de forma mais próxima das grandes massas, dos anônimos, dos não historiadores, das camadas sociais que durante muito tempo se viram com uma voz silenciada na historiografia. A partir do momento em que o historiador lança mãos das redes sociais para compartilhar o saber histórico no âmbito acadêmico, ele possibilita ao grande público produzir críticas, elaborar falas e até mesmo contribuir para a construção continuada deste saber, afinal de contas, as redes sociais, mais do que meros pontos de difusão do conhecimento, permitem o diálogo, a interlocução, o contar histórias e “estórias”, permitem, inclusive, a descoberta de documentos históricos que dificilmente seriam encontrados por meio de pesquisas convencionais (CARVALHO, 2016, p. 42-43).

De fato, historiadores (as) estão muito mais próximos (as) do público do que anteriormente. Em dias atuais, compartilhamos das mesmas redes e plataformas digitais com aqueles (as) que são personagens de nossas produções e reflexões históricas. Esse movimento nos leva a pensar nas múltiplas maneiras de lidar com essa nova demanda social que, na maioria das vezes, coloca em questionamento a nossa própria prática profissional. As pessoas comuns querem falar e devemos estar preparados (as) para as

expectativas alavancadas. Tomamos como exemplo o próprio objeto que estamos analisando no presente texto. Espadeiros e espadeiras têm buscado, frequentemente, meios de pronunciar suas críticas às demandas da lei e, conseqüentemente, visando destituir as intempéries de serem vistos (as) como criminosos (as), como veremos adiante.

Paralelamente, os registros (fontes) deixados por usuários e usuárias nas plataformas digitais revelam ao historiador e historiadora mais um excelente meio de chegada aos significados e às experiências das pessoas. O cotidiano ganha visibilidade. Nesse quesito, as fontes digitais igualam-se às fontes orais permitindo decodificar distorções em explicações generalistas. Esse foi e continua sendo ponto crucial nas abordagens históricas que consideraram e consideram a utilização das fontes orais:

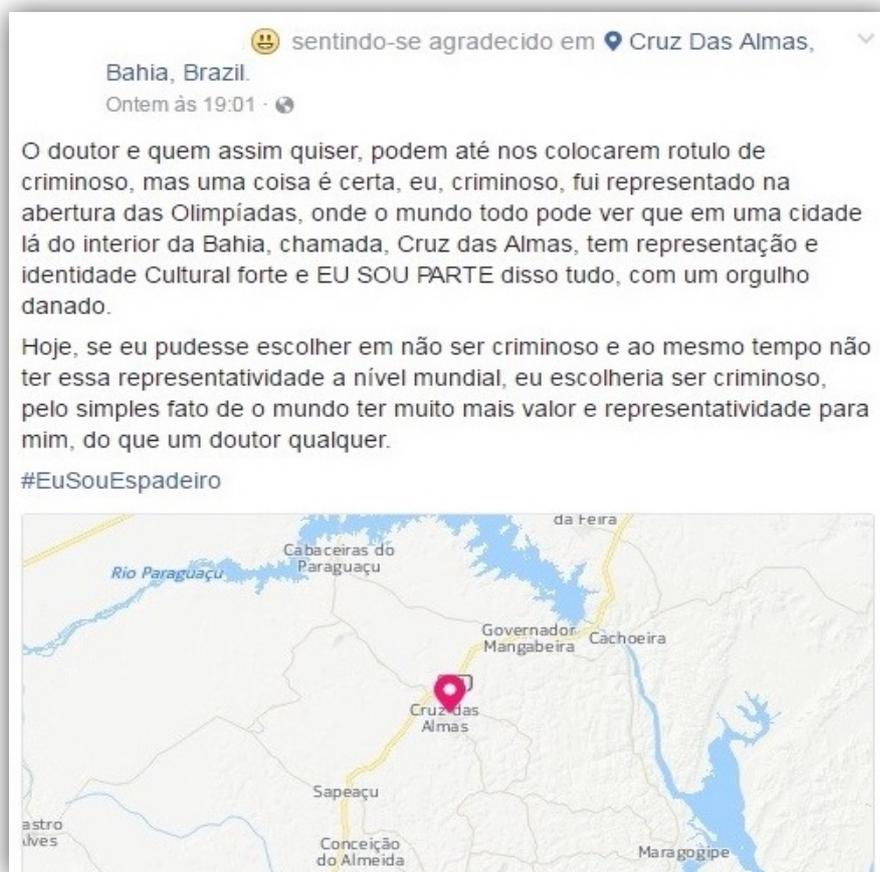
Uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como as pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas [...]. Em linhas gerais, essa combinação significa o seguinte: questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas (ALBERTI, 2006, p. 165).

Por fim, somam-se os anseios de verificação do que produzimos. Se anteriormente a principal maneira de acessar as produções historiográficas estava vinculada intrinsecamente ao suporte impresso, aos livros, agora, é notório que o advento da *internet* facilitou a apropriação dos nossos produtos. Esse processo pode ser visto com a proliferação de *sites* e *blogs* organizados por historiadores e historiadoras que disseminam suas pesquisas em rede. Jurandir Malerba (2017, p. 142) discorreu sobre esse potencial fenômeno: “A história não mais se produz na academia, muito menos se vincula apenas por meio dos livros impressos. As plataformas digitais subverteram as bases da produção e circulação das narrativas sobre o passado”. Ao mesmo tempo, novas dificuldades surgiam aos historiadores e historiadoras, “por exemplo, a *internet* expandiu vertiginosamente a audiência; mas, mais que isso, a *internet* ampliou – a ponto de questionar – o conceito de “autoria”; assim como seu advento colocou em xeque os modelos de legitimação do conhecimento e autoridade” (MALERBA, 2017, p. 142-143).

Diante do exposto, podemos analisar a documentação coligida. A captura do registro foi feita em 9 de agosto de 2016, um dia após Matinho ter realizado a postagem na rede. No entanto, o próprio Matinho deletou a sua publicação. Como estávamos acompanhando diariamente alguns desses sujeitos, conseguimos, com sorte, encontrar, em sua página, a postagem antes da sua “destruição”. Como já alertamos acima, qualquer

tipo de registro deixado por alguém nas mídias digitais pode desaparecer repentinamente, e foi o que aconteceu com o do nosso colaborador.

Imagem 2. Print Screen retirado da plataforma Facebook.⁴



Fonte: Arquivo pessoal do autor deste artigo.

Essa imagem parece agregar, em síntese, muito da discussão que delineamos ao longo do presente texto. Se retomarmos às problemáticas em volta dos processos de objetivação/subjetivação, perceberemos que há um distanciamento discursivo do que foi relatado na entrevista. Gostaríamos de analisar a imagem por partes, destacando alguns elementos para identificar as técnicas de si que levaram Martinho a pronunciar esse discurso.

⁴ [No original] “O doutor e quem assim quiser, podem até nos colocarem rotulo de criminoso, mas uma coisa é certa, eu, criminoso, fui representado na abertura das Olimpíadas, onde o mundo todo pode ver que em uma cidade lá do interior da Bahia, chamada, Cruz das Almas, tem representação e identidade Cultural forte e EU SOU PARTE disso tudo, com um orgulho danado. Hoje, se pudesse escolher em não ser criminoso e ao mesmo tempo não ter essa representatividade a nível mundial, eu escolheria ser criminoso, pelo simples fato de o mundo ter muito mais valor e representatividade para mim, do que um doutor qualquer”.

A postagem do espadeiro foi realizada no dia oito de agosto de 2016. Martinho realizou a postagem com menos de sessenta dias passados da deflagração da Guerra de Espadas. Isso significa que os seus ânimos ainda estavam atizados e as lembranças faziam-se com intensidade. Não há dúvida de que esse motivo contribuiu para Martinho proceder dessa maneira. Chamamos atenção para a questão das Olimpíadas. Como visto, ser “representado na abertura das Olimpíadas” o deixa orgulhoso e, dessa maneira, tem-se mais um discurso que contribui com o processo de sua subjetivação. Eventos de exaltação dos valores nacionais, por exemplo, os diversos jogos esportivos que envolvem a nação, acabam alimentando e exacerbando os vínculos de espadeiros e espadeiras com a Guerra de Espadas em Cruz das Almas. Esse empreendimento está claro na fala de Martinho. As identidades daquele povo se reafirmam.

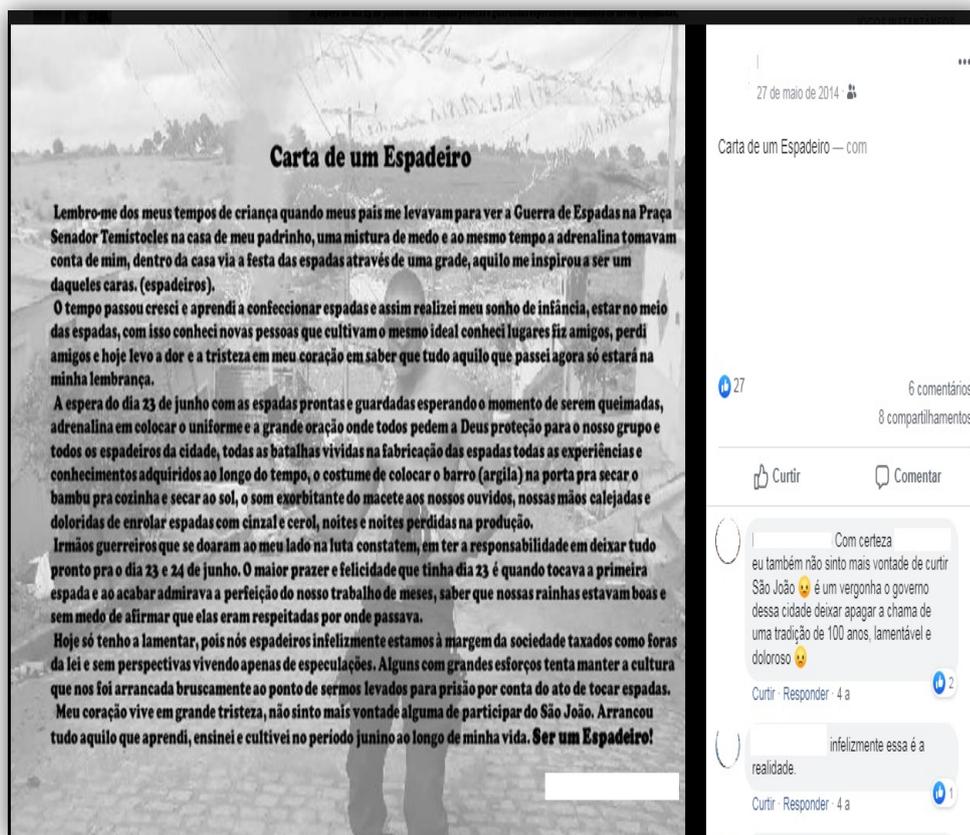
Quando comparamos os discursos de Martinho, o primeiro pela entrevista oral e o segundo pelo registro digital, notamos a distância de significações e de como os processos de subjetivação são constantes. Se anteriormente ele sentia-se terrivelmente abalado com a criminalização da sua tradição e com vergonha de ser visto como um criminoso; agora, ele se reconhece como herói e não vê problema nenhum em fazer isso, pois se representa como defensor de uma identidade cultural. Obviamente que a atitude de Martinho, nas mídias digitais, tem a ver com o que foi dito por Cezarinho (2018, p. 334):

Posicionar-se sobre um tema problemático por meio de uma plataforma *online* como o *Facebook* parece ser muito mais confortável e menos comprometedor. Certamente por não haver contato físico com outrem, fazendo com que os sujeitos se coloquem com maior intensidade e com menores chances de serem repreendidos.

Mesmo assim, acreditamos que Martinho procedeu dentro das tecnologias de produção de si. O “auto-exame” e a confissão realizadas ao público com o qual estabelece relação pela plataforma *Facebook*, caracterizam muito bem os pressupostos analíticos apontados por Michel Foucault (1993) no qual cada sujeito é capaz de constituir-se e alcançar a sua própria verdade:

Parece-me que, se quisermos analisar a genealogia do sujeito nas sociedades ocidentais, temos que levar em conta não apenas as técnicas de dominação, mas também as técnicas do eu. Digamos que se tem de levar em conta a interação entre esses dois tipos de técnicas, os pontos em que as tecnologias de dominação dos indivíduos uns sobre os outros recorrem a processos pelos quais o indivíduo age sobre si próprio e, em contrapartida, os pontos em que as técnicas do eu são integradas em estruturas de coerção (FOUCAULT, 1993, p. 207).

Imagem 3. Print Screen retirado do perfil do colaborador na plataforma Facebook.⁵



Fonte: Arquivo pessoal do autor deste artigo.

Igor, o segundo colaborador da pesquisa, publicou, em 2014, uma carta na plataforma *Facebook* na qual discorria sobre a tradição e a sua iniciação na Guerra de

⁵ [No original] Lembro-me dos meus tempos de criança quando meus pais me levavam para ver a Guerra de Espadas na praça Senador Temístocles na casa do meu padrinho, uma mistura de medo e ao mesmo tempo a adrenalina tomavam conta de mim, dentro da casa via a festa das espadas através de uma grade, aquilo me inspirou a ser um daqueles caras. (espadeiros). O tempo passou cresci e aprendi a confeccionar espadas e assim realizei meu sonho de infância, estar no meio das espadas, com isso conheci novas pessoas que cultivam o mesmo ideal conheci lugares fiz amigos, perdi amigos e hoje levo a dor e a tristeza em meu coração em saber que tudo aquilo que passei agora só estará na minha lembrança. A espera do dia 23 de junho com as espadas prontas e guardadas esperando o momento de serem queimadas, adrenalina em colocar o uniforme e a grande oração onde todos pedem a Deus proteção para o nosso grupo e todos os espadeiros da cidade, todas as batalhas vividas na fabricação das espadas todas as experiências e conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, o costume de colocar o barro (argila) na porta pra [sic] secar o bambu pra [sic] cozinha [sic] e secar ao sol, o som exorbitante do macete aos nossos ouvidos, nossas mãos calejadas e doloridas de enrolar espadas com cinza e cerol, noites e noites perdidas na produção. Irmãos guerreiros que se doaram ao meu lado na luta constatem, em ter a responsabilidade em deixar tudo pronto pra [sic] o dia 23 e 24 de junho. O maior prazer e felicidade que tinha dia 23 é quando tocava a primeira espada e ao acabar admirava a perfeição do nosso trabalho de meses, saber que nossas rainhas estavam boas e sem medo de afirmar que elas eram respeitadas por onde passava. Hoje só tenho a lamentar, pois nós espadeiros infelizmente estamos à margem da sociedade taxados como foras da lei e sem perspectivas vivendo apenas de especulações. Alguns com grandes esforços tenta [sic] manter a cultura que nos foi arrancada bruscamente ao ponto de sermos levados para prisão por conta do ato de tocar espadas. Meu coração vive em grande tristeza, não sinto mais vontade alguma de participar do São João. Arrancou tudo aquilo que aprendi, ensinei e cultivei no período junino ao longo de minha vida. **Ser um Espadeiro!** (Grifo do nosso).

Espadas. Ele destacava aspectos relativos ao processo de produção das “rainhas” de fogo e, por fim, apresentava as angústias de ser visto com criminoso. Chamamos atenção às intrínsecas relações de poder do discurso que produzem novos sujeitos. Se anteriormente Igor percebia a si mesmo como defensor da cultura e da tradição, agora, com o discurso da lei, temos a clara indicação de que ele se tornou um sujeito às margens, um “fora da lei”.

A carta do espadeiro, disposta acima, faz fulgir o que há de mais poderoso no discurso, os procedimentos de exclusão. Foucault (1999, p.9) apontou, de maneira perspicaz que o procedimento “mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*”. Ao sentir-se preso pelas garras invisíveis dos discursos, garras que atuam no campo da subjetividade, o espadeiro é constrangido em sua ação e em suas atitudes com a Guerra de Espadas. É o poder atuando sem contato físico e, mesmo assim, com efeitos devastadores. Poder que se exerce e que consegue tornar patológico o outro. Presenciamos a sofisticação do exercício da violência.

O importante do problema anteposto é entender as condições de possibilidades do discurso pronunciado pelo espadeiro, pois essa condição determina, inevitavelmente, maior ou menor efeito do poder sobre o corpo. Em outros termos, a aproximação do período de deflagração da Guerra de Espadas (a carta foi compartilhada no dia 27 de maio) e a percepção do espadeiro de que suas ações equivaliam ao de um criminoso, foram fatores suficientes para que o discurso da lei alcançasse o seu objetivo principal, produzir subjetividades.

Deixemos de delongas e caminhemos para a entrevista com o espadeiro produtor da carta. A entrevista realizada em dezembro de 2016, dois anos após a postagem da carta, revela um outro espadeiro. Igor, 35 anos, aprendeu o ofício desde muito cedo, a partir do relacionamento com os seus familiares:

Cara, minha iniciação foi desde os três anos, quatro anos de idade, porque meus parentes tinham casa na praça e aí, quando era dia 24 pelo período da tarde, eu ia com minha família para acompanhar a Guerra de Espadas no período noturno. E aí fui pra lá desde pequeno, gostei da coisa e aí seguiu (Igor, entrevista, 21 dez. 2016).

Percebe-se que desde muito cedo Igor já observava a folia na Guerra de Espadas. Não há espanto. Muitos como ele também tiveram a sua iniciação muito cedo, entre dez e doze anos de idade. Ao ser questionado sobre a problemática da proibição das espadas na cidade, proibição que remete ao ano de 2011, ele respondeu:

Cara, eu não digo que espada é proibida, eu digo que espada é irregular. Porque eu digo que espada é irregular? Porque a gente usa um material, tá? Um material bélico, material do exército que é a pólvora, a pólvora negra, tá? Então, diante de toda circunstância que a espada volta, esse manuseio clandestino da pólvora é que levou a essa situação, correto? [...]. É complicado eu, espadeiro, falar uma situação dessa, mas eu estava ouvindo a reportagem há dois dias atrás, uma reportagem de 2011 de Christian [promotor] e ele falando sobre a questão da proibição. A integridade humana é importante, claro, os locais de você soltar uma espada é importante, claro, o horário que você vai soltar a espada é importante, claro, como você fabrica essa espada é importante. Então são várias questões que fugiu um pouco do padrão, aquele padrão antigo que os nossos ancestrais traziam e fugiu um pouco dessa realidade, ficou um pouco mais brutal (Igor, entrevista, 21 dez. 2016).

O relato acima destoa completamente quando cruzado com o relato de 2014. São narrativas completamente diferentes de uma mesma pessoa. Bom, tomando a ideia de que os discursos constituem sujeitos fluidos, Igor é uma outra pessoa. O distanciamento temporal fez com que ele percebesse outras características da Guerra de Espadas. Ao invés de subserviência, Igor questiona o próprio entrevistador/pesquisador ao sugerir o termo “irregular”. Segundo ele, as espadas são irregulares, o que já modifica consideravelmente a forma de abordar o tema. Por outro lado, ao mesmo tempo em que age com criticismo frente à categoria analítica “proibida”, ele cai nas amarras do saber jurídico e reproduz a dominação:

E também as fabricações clandestinas no fundo dos quintais, a forma como estava sendo conduzida o São João na Guerra de Espadas, a gente já não tinha mais controle sobre essa guerra, entendeu, as autoridades não tinham mais esse controle, essa questão, então ficou muito complicado e de um certo ponto eu achei até bom (Igor, entrevista, 21 dez. 2016).

Essa é uma das facetas da História oral. Ela permite atingir as mudanças nos significados de determinados eventos. Assim, para Alessandro Portelli (1997, p. 33), “o realmente importante é não ser a memória um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações”. Igor produziu novas verdades sobre a Guerra de Espadas e esse processo tem a ver com a sua própria reflexão. O importante para o historiador está na transformação dos significados em cada contexto, revelando a mutabilidade do sujeito no tempo e no espaço.

Considerações finais

Os dois espadeiros apresentados revelaram as modulações e inflexões propiciadas pelos discursos da tradição e do crime no contexto da Guerra de Espadas em Cruz das Almas-BA. No entanto, é preciso ir além sobre seus enunciados.

Aparentemente passivos, os discursos apresentados pelos espadeiros revelam algo profundo e que ainda não foi tratado neste texto: o desejo da interdição por parte dos (as) próprios (as) espadeiros (as). Como falamos no início de nossa trama narrativa, essas pessoas são/estão vinculadas e comprometidas com o retorno da tradicional festa ao campo da legalidade, e isso se revela por meio da Associação dos Espadeiros. É preciso, e isso aparece em suas falas, encontrar os (as) culpados (as) ou os (as) responsáveis que conduziram a tradicional Guerra de Espadas à criminalização.

Conforme esse ponto de vista, há uma separação bastante perceptível entre aqueles (as) que são disciplinados (as), que tendem salvaguardar a tradição e, do outro lado, os (as) indisciplinados (as) que devem ser interditados (as) da prática por não seguirem os rigores exigidos pela lei e por afastarem-se das antigas formas de relacionar-se com a tradição, como nos sugeriu o espadeiro Igor:

E também as fabricações clandestinas no fundo dos quintais, a forma como estava sendo conduzida o São João na Guerra de Espadas, a gente já não tinha mais controle sobre essa guerra, entendeu? As autoridades não tinham mais esse controle. Essa questão, então, ficou muito complicada e de um certo ponto eu achei até bom [a proibição] (Igor, entrevista, 21 dez. 2016).

De primeira mão, a produção das espadas, desde a sua popularização, pois antes estava restrita aos fogueteiros da cidade, se realizava dentro das casas, nos fundos dos quintais. Não havia um corpo uniforme e regulamentar, oriundo do Estado, gerenciando a prática. As protagonistas eram as pessoas comuns. O que se vê, então, é a continuidade de formas tradicionais de produção das espadas, algo que atualmente pode estar totalmente desvinculada às normas estatais de produção e comercialização. Tomar esse pressuposto como ponto de partida revela as relações de poder nos discursos de nossos colaboradores. Outro ponto que necessitamos esclarecer, e que elucida os interesses entre esses agentes, nos leva ao campo dos conflitos. Esses desencontros conflituosos sobre a Guerra de Espadas não são de agora. A edição do jornal A Tarde, em 1986, revelava tal problemática:

Em Cruz das Almas, no Recôncavo baiano, a 124 km de Salvador, a perigosa “guerra de espadas” atrai um grande número de curiosos e participantes. Admirada por uns, pelo belo espetáculo pirotécnico que proporciona, e condenada por outros, a “guerra de espadas”, em Cruz das Almas, mesmo considerada como um ato de selvageria, é uma tradição cinquentenária, incorporada de forma veemente aos festejos juninos na cidade (A TARDE, 1986).

Com isso, percebemos que as confusões que permeiam a tradição não iniciaram no ano da sua proibição, em 2011, mas já se caracterizavam como pano de fundo desde a década de 1980. O que acabamos de evidenciar são as disputas entre espadeiros (as) pelo domínio do próprio objeto. Começa-se a entender que os conflitos não são somente verticais, de cima para baixo, mas horizontais, ou seja, entre as multiplicidades de espadeiros (as) integrantes da própria Guerra de Espadas. É dessa maneira que os discursos aqui apresentados carregam interesses, buscam fins específicos, objetivos concretos e por isso não poderíamos apenas entendê-los por meio dos processos de produção de subjetividades. Essas subjetividades entram em cena e são manejadas estrategicamente, muitas vezes racionalmente, por cada um desses indivíduos.

Para finalizar, percebemos que as fontes digitais se abrem como potenciais alternativas para apreensão de novos dados, quando o retorno do pesquisador/entrevistador ao colaborador/entrevistado torna-se um processo árduo. Por outro lado, a existência ou o apagamento de registros *online* pode servir como recurso facilitador importante ao pesquisador para seleção e obtenção de novos relatos com a metodologia da História oral. Em suma, o uso sincrônico dessas fontes permitiu avançar sobre as limitações específicas de cada uma delas. A partir do que foi apresentado ao longo do texto, consideramos positivo o cruzamento das fontes orais e digitais por parte de historiadores e historiadoras. Essa articulação forneceu meios para acessar, com maior clareza, os processos de objetivação/subjetivação dos sujeitos através dos discursos da criminalização e da tradição da Guerra de Espadas. Ao testarmos esses pressupostos nas duas tipologias de fontes, aqui concatenadas, descobrimos que o poder do discurso não só gerou novos sujeitos, mas, também, operou com violência sobre seus corpos. Conforme Foucault (2013, p.19), isso acontece porque o discurso é estratégico e age, inevitavelmente, por meio de relações de poder. Os discursos devem ser entendidos “como jogos (*games*), jogos estratégicos, de ação e reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta. O discurso é esse conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro”. Nesse fluxo contínuo de produção de subjetividades, identificamos os momentos em que esses sujeitos conseguiram, dentro de postulados racionais, produzir suas próprias verdades. Ao fazerem isso, alcançaram o que Michel Foucault (1993) chamou de *ethos* de si.

Referências

ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 155-202.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. *Patrimônio e Memória*, v. 7, n. 1, p. 134-150, jun. 2011.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos*, num. 8, vol. 3, jan./jun., 2011.

BEIGUELMAN, Giselle. Reinventar a memória é preciso. In: _____; MAGALHÃES, Ana Gonçalves. *Futuros possíveis: arte, museus e arquivos digitais*. 1. ed. São Paulo: Petrópolis: Edusp, 2014. p. 12-33.

CANDIOTTO, Cesar. Subjetividade e verdade no último Foucault. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 87-103, 2008.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016.

CEZARINHO, Filipe Arnaldo. História e fontes da internet: uma reflexão metodológica. *Temporalidades - Revista de História*, vol. 10, n. 1, p. 320-338, jan-abri. p. 320-338, 2018.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidade. *História Oral*, v. 6, p. 9-25, jun. 2003.

DOMINGOS, José Josemir. *Discurso, poder e subjetivação: uma discussão foucaultiana*. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2015.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

_____. *A ordem do discurso*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. Verdade e subjetividade. *Revista de Comunicação e Linguagem*, Lisboa, n. 19, p. 203-223, 1993.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: AMADO, Janáina; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 3-14.

GOOGLE MAPS. *Cruz das Almas - State of Bahia, 44380-000*. Bahia. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Cruz+das+Almas,+State+of+Bahia,+44380-000/@-12.6160599,->

38.9757028,10z/data=!4m5!3m4!1s0x715bd88b8db3471:0xaaaf1562d770b7e79!8m2!3d-12.6735557!4d-39.1016848. Acesso em: 7 maio. 2019.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE. *Senhor do Bonfim. População estimada*: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 7 maio. 2019.

LUCCHESI, Anita. Historiografia em rede: história, internet e novas mídias – Preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI. In: MARTINS, Estevão C. de Rezendes; MOLLO, Helena. *Desafios e caminhos da história da historiografia: 2012*. Mariana: SBTHH, 2015. p. 9-52.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, n. 74, p. 135-154, 2017.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. História e internet: conexões possíveis. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 23-53, maio-ago. 2014.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Proj. História*, São Paulo, v. 14, p. 25-39, jan. /jun. 1997.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. Admirável campo novo: o profissional de história e a Internet. Rio de Janeiro: *Revista Eletrônica Bolletim do Tempo*, Ano 3, n. 07, Rio, 2008.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. Dourados-MG: FGD, 2014.

TOMASI, Julia Massucheti. O Presentismo e a revolução documental: as páginas da internet como documentos de pesquisa para a História – da volatilidade à instantaneidade. *Cadernos do Tempo Presente*, UFS, n. 12, jun. 2013.

Fontes

Fonte oficial impressa

BAHIA. [Ação Cautelar]. *Ação de busca e apreensão do Ministério Público do Estado da Bahia nº 0001047-89.2011. 805. 0072*. Cruz das Almas: Ministério Público do Estado da Bahia, 2011. 5 p.

BAHIA. 1º Promotoria de Justiça de Cruz das Almas. *Recomendação n. 01/2015*. Cruz das Almas: Ministério Público do estado da Bahia, 2015. 4 p.

Jornais impressos – Biblioteca Municipal Carmelito Barbosa Alves – Cruz das Almas Seção recortes

Espada: mistura de risco e tradição dos festejos juninos. *A Tarde*, Salvador, 19 jun. 2007.

Guerra de espadas terá área em Cruz das Almas. *A Tarde*, Salvador, 10 maio. 1994.

Batalha de espadas terá a proteção dos bombeiros. *A Tarde*, Salvador, 19 jun. 1983.

São João em Cruz das Almas. *A Tarde*, Salvador, 15 jun. 1986.

E Cruz das Almas não fica atrás. Vai à “guerra” de espadas. *A Tarde*, Salvador, 07 jun. 1979.

A guerra de espadas em Cruz das Almas, *Tribuna Popular*, Cruz das Almas, jun. 2001.

Fontes orais

Martinho, entrevista, 21 dez. 2016.

Igor, entrevista, 21 dez. 2016.